

 ESTUDO EXEGÉTICO ACADÊMICO

Comentário Bíblico Exegético de Números 32–36 (KJA)

Análise versículo a versículo dos capítulos finais do livro de Números — da negociação tribal às portas de Canaã até a preservação da herança de Israel.

Após quarenta anos de peregrinação no deserto, o povo de Israel encontra-se acampado nas planícies de Moabe, às margens orientais do rio Jordão, contemplando finalmente a terra que lhes fora prometida por Deus desde os dias de Abraão. Os capítulos 32 a 36 de Números constituem o epílogo narrativo e legislativo do livro, abordando questões cruciais de distribuição territorial, justiça social, responsabilidade comunitária e fidelidade à aliança divina. Este comentário exegético oferece uma análise acadêmica detalhada de cada perícopes, fundamentada no texto hebraico e nas melhores tradições interpretativas, com o objetivo de iluminar tanto o sentido original quanto as implicações teológicas permanentes desses textos sagrados.

Iniciar Estudo

Temas Centrais

Elaborado por Jônatas Silva da Cruz — Teólogo

Números 32: O Pedido das Tribos de Rúben e Gade

Versículos 1-5: A Visão da Terra de Jazer e Gileade

O capítulo 32 abre com uma cena reveladora: *"Ora, os filhos de Rúben e os filhos de Gade tinham muitíssimo gado"* (v. 1, KJA). A narrativa identifica imediatamente o fator motivador — a riqueza pecuária dessas tribos. O termo hebraico מִקְנֶה (*miqneh*) denota rebanhos como patrimônio substancial, indicando que a decisão não era meramente geográfica, mas profundamente econômica. Ao observarem que *"a terra de Jazer e a terra de Gileade"* (v. 1) eram excelentes para pastoreio, essas tribos viram uma oportunidade de estabelecimento imediato sem cruzar o Jordão.

Análise Exegética do Pedido

Nos versículos 2-5, as tribos se aproximam de Moisés, Eleazar e dos príncipes da congregação com um pedido formal. A lista de cidades mencionadas — Atarot, Dibom, Jazer, Ninra, Hesbom, Elealé, Sebã, Nebo e Beom — revela um conhecimento detalhado da região transjordânica, provavelmente adquirido durante as recentes conquistas sobre Siom e Ogue. O pedido *"não nos façam passar o Jordão"* (v. 5) carrega implicações teológicas profundas, pois sugere uma potencial separação do destino coletivo de Israel.

Contexto Histórico-Geográfico

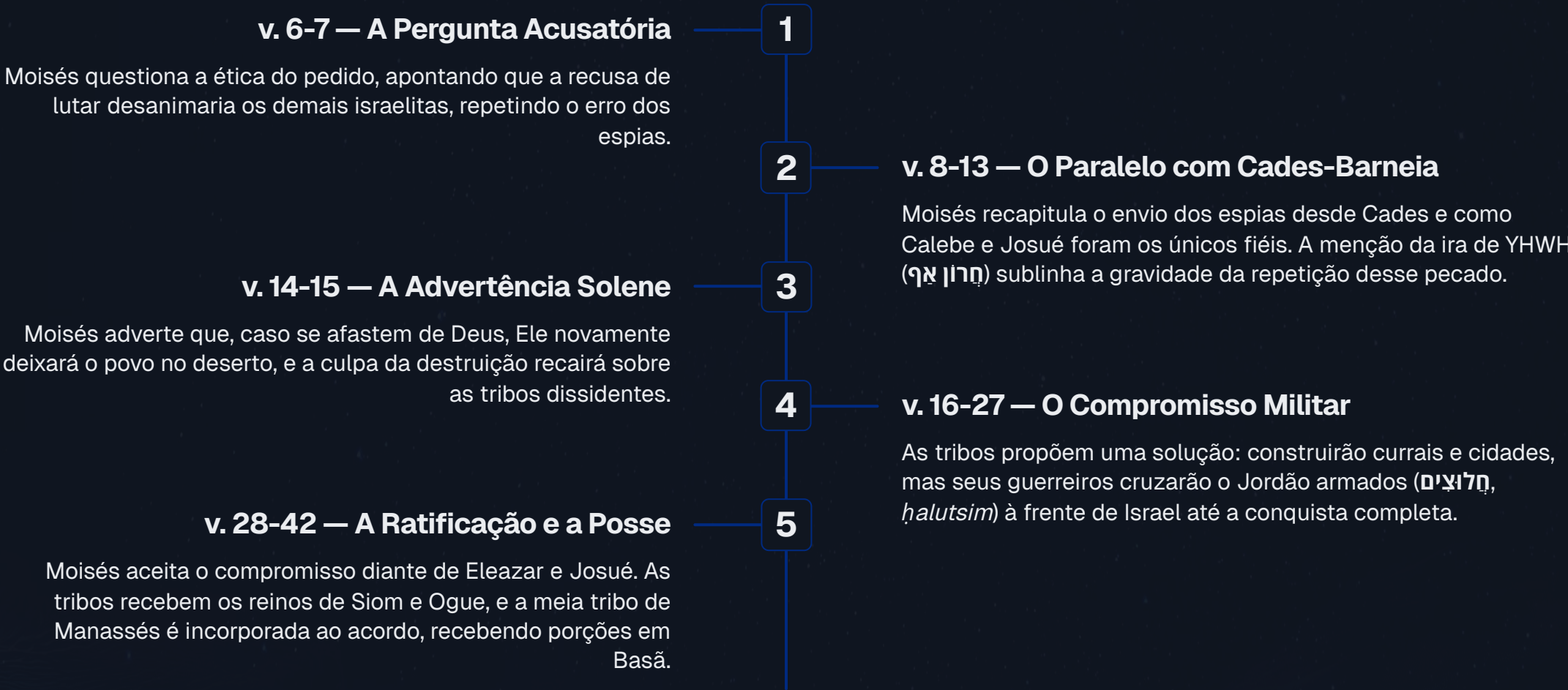
A terra de **Gileade** (em hebraico גִּלְעָד) era uma região montanhosa e fértil a leste do Jordão, conhecida por seus pastos abundantes, bálsamos medicinais e florestas densas. A posse dessa terra representava não apenas recurso econômico, mas **identidade tribal** — a terra definia o caráter e o futuro de cada clã dentro da estrutura confederada de Israel.

📌 **Nota exegética:** O verbo hebraico נָתַן (*natan*, "dar/conceder") usado no v. 5 implica que as tribos reconheciam a autoridade de Moisés sobre a distribuição da terra, mesmo enquanto buscavam uma exceção à regra geral da herança em Canaã.

Números 32: A Resposta de Moisés e o Compromisso das Tribos

Versículos 6-15: A Admoestação Profética de Moisés

A reação de Moisés é imediata e carregada de memória histórica: *"Irão vossos irmãos à guerra, e ficareis vós aqui?"* (v. 6). Essa pergunta retórica ecoa o trauma do episódio dos espias em Cades-Barneia (Nm 13-14), quando a incredulidade de uma geração inteira resultou em quarenta anos de julgamento no deserto. Moisés identifica no pedido de Rúben e Gade o mesmo padrão de desânimo coletivo que havia provocado a ira divina anteriormente.



"Se fizerdes isso, se vos armardes para a guerra perante o SENHOR... então esta terra vos será por possessão perante o SENHOR." — Números 32:20-22 (KJA)

Reflexão Teológica

O episódio revela um princípio fundamental da teologia bíblica: **o equilíbrio entre interesses legítimos e responsabilidade comunitária**. As tribos não são condenadas por desejarem Gileade — o desejo em si é legítimo. Contudo, Moisés insiste que nenhum benefício pessoal pode ser obtido à custa do abandono da missão coletiva. O termo חַלּוּצִים (*neqiyyim*, "livres de culpa", v. 22) expressa que somente após o cumprimento integral da obrigação militar é que as tribos estariam desobrigadas perante Deus e perante Israel.

Números 33–34: A Jornada e a Distribuição da Terra

Capítulo 33: O Itinerário Sagrado de Israel

O capítulo 33 apresenta o registro mais completo das etapas (**מַסְעֵי**, *mas'é*) da peregrinação de Israel, desde a saída do Egito até as planícies de Moabe. São listadas **42 estações** de acampamento, constituindo uma espécie de "diário de viagem" teológico que demonstra a fidelidade de Deus em conduzir Seu povo. O versículo 2 afirma que Moisés registrou essas partidas *"segundo o mandamento do SENHOR"* (**עַל-פִּי יְהוָה**), conferindo ao itinerário autoridade canônica.



Egito → Ramsés

Partida triunfal no dia seguinte à Páscoa (v. 3-4)



Mar Vermelho → Deserto

Travessia miraculosa e entrada no deserto de Sur (v. 8-11)



Sinai → Cades

Revelação da Lei e o fracasso dos espias (v. 15-36)



Moabe → Jordão

Acampamento final às portas da Terra Prometida (v. 48-49)

Capítulo 34: A Delimitação das Fronteiras de Canaã

As Fronteiras Definidas por Deus

O capítulo 34 é de importância capital para a geografia bíblica. YHWH pessoalmente define as fronteiras da terra que Israel herdará, usando marcos geográficos precisos:

- Fronteira sul (v. 3-5):** Do deserto de Zim ao ribeiro do Egito (*Wadi el-Arish*), passando por Cades-Barneia
- Fronteira oeste (v. 6):** O Mar Grande (Mediterrâneo) como limite natural
- Fronteira norte (v. 7-9):** Do Monte Hor até Hamate, alcançando Zedad e Zifrom
- Fronteira leste (v. 10-12):** De Sefã até o Mar de Quinerete (Galileia), descendo pelo Jordão até o Mar Salgado (Mar Morto)

Os Comissionados para a Divisão

Nos versículos 16-29, Deus nomeia os líderes responsáveis pela distribuição: Eleazar, o sacerdote, e Josué, filho de Num, juntamente com um príncipe de cada tribo. A exclusão de Rúben e Gade da lista (v. 14-15) confirma que sua herança já estava definida na Transjordânia. A menção de nomes específicos — como **Calebe**, filho de Jefoné, pela tribo de Judá (v. 19) — reforça a continuidade entre promessa e cumprimento.



Significado teológico: A delimitação divina das fronteiras expressa o conceito de **נַחֲלָה** (*naḥalah*), "herança", que em Israel não era mera propriedade, mas dádiva sagrada de Deus ao Seu povo — inalienável e vinculada à aliança.

Números 35: As Cidades de Refúgio e os Direitos Legais

O capítulo 35 institui uma das legislações mais sofisticadas do antigo Oriente Próximo: o sistema de **cidades de refúgio** (עֲרֵי מִקְלָט, 'arê miqlat) e as cidades levíticas. Este texto combina direito penal, teologia da terra e proteção dos vulneráveis em uma estrutura juridicamente coerente.



Cidades Levíticas (v. 1-8)

Os israelitas devem conceder **48 cidades** aos levitas, com campos de pastagem ao redor. Cada tribo contribui proporcionalmente ao seu território. Os levitas, sem herança territorial própria, recebem cidades distribuídas por toda a terra — simbolizando a presença sacerdotal em meio a todo o povo.



As Seis Cidades de Refúgio (v. 9-15)

Dentre as 48 cidades levíticas, **seis são designadas como refúgio**: três a leste do Jordão e três em Canaã. Qualquer pessoa que mate outra "*sem intenção*" (בִּשְׁגָגָה, bishgagah) pode fugir para essas cidades e receber proteção contra o vingador de sangue (גֹּאֵל הַדָּם, go'el haddam).



Distinção Jurídica: Homicídio vs. Acidente (v. 16-28)

O texto distingue minuciosamente entre assassinato intencional e homicídio accidental. Instrumentos de ferro, pedra ou madeira usados com ódio prévio (בְּשֹׂנְאָה, beshon'ah) caracterizam assassinato. O réu aguarda julgamento perante a congregação e, se inocentado, permanece na cidade de refúgio até a morte do sumo sacerdote.

Fundamento Teológico: A Terra Não Pode Ser Poluída

Os versículos finais (v. 29-34) revelam a motivação última dessa legislação: "*Não profanareis a terra em que estais, porque o sangue profana a terra*" (v. 33). O verbo חָנַף (hanaf, "profanar/poluir") indica que o derramamento de sangue inocente corrompe a santidade da terra, que pertence a YHWH. A justiça penal não é meramente humana — é uma exigência da presença divina no meio de Israel.

Comparação Jurídica

O sistema israelita de refúgio é **único** no mundo antigo. Diferentemente dos códigos mesopotâmicos (como o de Hamurabi), que permitiam compensação financeira pelo homicídio, a lei israelita proíbe resgate monetário pelo assassino (v. 31-32), estabelecendo a **sacralidade inegociável da vida humana**.

Números 36: A Preservação da Herança Tribal

A Questão das Filhas de Zelofeade e a Jurisprudência Divina

O capítulo 36 encerra o livro de Números retomando o caso das filhas de Zelofeade, já abordado em Números 27:1-11. Naquele contexto anterior, Maala, Noa, Hogla, Milca e Tirza haviam recebido de Deus o direito à herança paterna na ausência de herdeiros masculinos — uma decisão revolucionária para o contexto do antigo Oriente Próximo. Agora, os chefes de família da tribo de Manassés levantam uma preocupação legítima: se essas mulheres se casarem com homens de outras tribos, a herança territorial passará permanentemente para outra tribo, diminuindo a porção de Manassés.

1

O Problema Jurídico (v. 1-4)

Os chefes de clã de Gileade (Manassés) apresentam a Moisés o dilema: no Jubileu, a terra seria permanentemente transferida à tribo do marido, violando o princípio da herança tribal inalienável.

2

A Solução Divina (v. 5-9)

YHWH, por meio de Moisés, ordena que as herdeiras se casem *"dentro da família da tribo de seu pai"* (לְמִשְׁפַּחַת מִטָּה אֲבוֹתָם). Assim, a herança permanece na tribo original, preservando a integridade territorial.

3

A Obediência Exemplar (v. 10-12)

As filhas de Zelofeade obedecem, casando-se com filhos de seus tios paternos. O texto registra que *"a herança delas ficou na tribo da família de seu pai"* (v. 12).

4

O Colofão Final (v. 13)

O versículo conclusivo encerra: *"Estes são os mandamentos e os juízos que o SENHOR ordenou... nas planícies de Moabe"* — selando toda a legislação dos capítulos finais com autoridade divina.

Reflexão Exegética

Este capítulo demonstra que a justiça bíblica opera em múltiplas dimensões simultaneamente. O direito das mulheres à herança (Nm 27) não é revogado, mas **harmonizado** com o princípio da preservação tribal. O texto hebraico usa o termo סָבַב (savav, "transferir/circular") para descrever o movimento indesejado da herança — uma metáfora que reforça a ideia de que a terra prometida tem um destino fixo, vinculado ao plano de Deus para cada tribo. A solução é elegante: protege tanto o direito individual das mulheres quanto o bem coletivo da nação.

Temas Teológicos Centrais nos Capítulos 32–36

Os capítulos finais de Números não são meros apêndices administrativos — constituem uma síntese teológica que prepara Israel para a entrada em Canaã. Três grandes temas permeiam toda a seção, formando o alicerce espiritual e social da nação.

🔥 Fidelidade à Aliança

A posse da terra está condicionada à obediência. O compromisso de Rúben e Gade (cap. 32) e a proibição de poluir a terra com sangue inocente (cap. 35) demonstram que a **aliança com YHWH** é o fundamento de toda a vida nacional. A terra não é um direito automático, mas uma dádiva que exige fidelidade contínua.

⚖️ Justiça Social e Proteção

As cidades de refúgio protegem o inocente; as leis de herança garantem os direitos das mulheres e preservam a equidade tribal. O sistema jurídico israelita reflete o caráter de Deus como **juiz justo e defensor dos vulneráveis**. A sacralidade da vida humana está no centro de toda a legislação penal.

👑 Transição de Liderança

Moisés legisla com autoridade, mas o texto já aponta para Josué e Eleazar como seus sucessores (34:17). A **transição geracional** é cuidadosamente preparada, garantindo continuidade institucional e espiritual. A nova geração receberá a terra que seus pais rejeitaram.

O Conceito de *Naḥalah* (Herança)

O termo hebraico נַחֲלָה aparece repetidamente nos capítulos 32–36. Não designa mera propriedade fundiária, mas uma **porção sagrada** atribuída por Deus a cada tribo e família. A herança é inalienável porque pertence, em última instância, a YHWH. Esta teologia da terra fundamenta tanto a distribuição territorial (cap. 34) quanto a legislação sobre as filhas de Zeloфеade (cap. 36).



Aplicações Práticas e Relevância Contemporânea

Embora escritos há mais de três milênios, os capítulos finais de Números oferecem princípios surpreendentemente atuais para a vida cristã e para a reflexão ética contemporânea. A exegese acadêmica deve culminar na aplicação — como esses textos transformam nossa vida hoje?



Responsabilidade Comunitária

O episódio de Rúben e Gade (cap. 32) ensina que **nenhum cristão vive isoladamente**. Buscar benefícios pessoais enquanto a comunidade luta é moralmente inaceitável. A Igreja é chamada a um compromisso coletivo onde cada membro contribui para o bem comum antes de buscar conforto individual.



Justiça e Proteção dos Vulneráveis

As cidades de refúgio (cap. 35) prefiguram o princípio da **presunção de inocência** e do direito ao julgamento justo. Em uma sociedade marcada por justiça seletiva, o texto bíblico nos convoca a proteger os acusados injustamente e a estabelecer sistemas que valorizem a vida humana acima de interesses econômicos ou políticos.



Fé, Obediência e Direção Divina

O itinerário de 42 etapas (cap. 33) revela que **Deus conduz Seu povo mesmo nos desvios**. Cada estação no deserto teve propósito. Para o cristão contemporâneo, isso significa confiar que os períodos de espera e dificuldade fazem parte do plano redentor de Deus, preparando-nos para a "terra prometida" de Sua vontade plena.



Dignidade e Direitos na Fé

O caso das filhas de Zelofeade (cap. 27 e 36) demonstra que **Deus ouve e responde** àqueles que reivindicam justiça com respeito. A legislação bíblica, ao garantir herança às mulheres, antecipou em milênios debates sobre igualdade e dignidade que ainda são relevantes em nossas comunidades de fé.

Conclusão: A Preparação para a Entrada na Terra Prometida

Os capítulos 32–36 de Números formam o **portal teológico** entre a peregrinação no deserto e a conquista de Canaã — entre a promessa e o cumprimento.



Ao longo desta análise exegética, percorremos versículo a versículo os textos que preparam Israel para sua maior transição histórica. Vimos que **a posse da terra não é incondicional** — está vinculada à fidelidade aliancial, à justiça comunitária e à obediência aos mandamentos de YHWH. Moisés legisla com a consciência de que não entrará em Canaã, mas garante que a próxima geração terá as estruturas jurídicas, sociais e espirituais necessárias para prosperar.

"Estes são os mandamentos e os juízos que o SENHOR ordenou por intermédio de Moisés aos filhos de Israel, nas campinas de Moabe, junto ao Jordão, na altura de Jericó." — Números 36:13 (KJA)

Estude o texto original

Aprofunde-se no hebraico bíblico para captar as nuances que as traduções não alcançam.

Aplique os princípios

Permita que a justiça, a fidelidade e a responsabilidade comunitária moldem sua vida diária.

Compartilhe o conhecimento

Leve essas verdades à sua comunidade de fé, enriquecendo o ensino bíblico coletivo.

Assinatura e Créditos

Comentário elaborado por Jônatas Silva da Cruz
Teólogo

Referências Acadêmicas

- **WENHAM, Gordon J.** — *Numbers* (Tyndale OT Commentaries)
- **MILGROM, Jacob.** — *Numbers* (JPS Torah Commentary)
- **ASHLEY, Timothy R.** — *The Book of Numbers* (NICOT)
- **ALLEN, Ronald B.** — *Numbers* (Expositor's Bible Commentary)
- **HARRIS, R. Laird et al.** — *Theological Wordbook of the OT*

Aprofundamento Bíblico

Este comentário exegético é parte de um projeto contínuo de estudo acadêmico das Escrituras. Para acessar outros estudos, reflexões teológicas e materiais complementares, entre em contato.

"Toda a Escritura é divinamente inspirada e proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça."
— 2 Timóteo 3:16

Agradecemos pela leitura atenta e pelo compromisso com o estudo sério da Palavra de Deus. Que este material sirva como instrumento de edificação, conhecimento e adoração. **Soli Deo Gloria.**